



2011

FICHA TÉCNICA

Título:

Contratação Pública em Portugal 2011

Autoria:

Ana Sofia Pais
Pedro Ministro

Coordenação:

Pedro Ministro

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.
Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

Data de edição: dezembro 2012

Os valores apresentados com referência à fonte “portal BASE” (www.base.gov.pt) foram apurados com recurso a dados extraídos em consulta efetuada ao mesmo em novembro de 2012.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL	11
2.1. O Código dos Contratos Públicos (CCP)	12
2.2. O portal dos contratos públicos (BASE)	13
2.3. O Observatório das Obras Públicas (OOP)	15
2.4. As plataformas eletrónicas de contratação	16
2.5. As entidades de certificação eletrónica	17
2.6. O Diário da República Eletrónico (DRE)	18
2.7. A plataforma de interoperabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA)	19
2.8. Contratação pública eletrónica	19
2.8.1 Índice de contratação pública eletrónica em Portugal (ICPEP)	19
2.8.2 Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)	20
3. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	21
3.1. Montante da contratação pública	23
3.2. Procedimentos concorrenciais	27
3.3. Ajustes diretos	37
3.3.1 Ajustes diretos por critério material	40
3.4. Contratos por tipo de procedimento	42
3.4.1 Geral	42
3.4.2 Bens e serviços	43
3.4.3 Obras públicas	44
3.5. Contratos por classificação “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV)	46
3.6. Acordos-quadro	47
3.7. Entidades adjudicantes	48
3.7.1 Entidades adjudicantes com reporte de contratos ao portal BASE	48
3.7.2 Entidades adjudicantes por plataformas eletrónicas da contratação pública	50
3.7.3 Utilização das plataformas eletrónicas da contratação pública nos procedimentos por ajuste direto	50
3.8. Entidades adjudicatárias	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Contratação Pública Eletrónica em Portugal	19
Quadro 2 – Cálculo do Índice de Manchester	20
Quadro 3 – A contratação pública em Portugal: peso no PIB	21
Quadro 4- A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção	21
Quadro 5- A contratação Pública em Portugal: números globais	23
Quadro 6 - Número e montante dos contratos celebrados em 2011, em função do ano de abertura do procedimento	26
Quadro 7 – Contratação pública em 2011 por tipo de procedimentos	27
Quadro 8 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais em 2011	28
Quadro 9 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE em 2011	30
Quadro 10 - Peso relativo dos procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: bens e serviços	31
Quadro 11 - Peso relativo dos procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: obras públicas	31
Quadro 12 – Número de procedimentos com publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários	33
Quadro 13 – Montantes contratuais dos procedimentos com publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários	33
Quadro 14 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE em 2011	34
Quadro 15 – Número de procedimentos sem publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários	36
Quadro 16 – Montantes contratuais dos procedimentos sem publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários	36
Quadro 17 - Ajustes diretos em 2011	37
Quadro 18 – Origem do reporte dos dados relativos aos contratos precedidos de ajuste direto	39
Quadro 19 - Ajustes diretos comunicados ao portal BASE de acordo com o critério	40
Quadro 20 – Motivos de natureza material para fundamentação do ajuste direto	41
Quadro 21 – Distribuição, por natureza de despesa, dos contratos por ajuste direto decorrentes de motivos de natureza material	41
Quadro 22 - Contratação pública por tipo de procedimento	42
Quadro 23 – Número de contratos por tipo de procedimento – 2010/2011	42
Quadro 24 – Montantes contratuais por tipo de procedimento – 2010/2011	43
Quadro 25 – Distribuição dos contratos de bens e serviços por tipo de procedimento	43
Quadro 26 – Número de contratos por tipo de procedimento (bens e serviços) – 2010/2011	44
Quadro 27 - Montantes contratuais por tipo de procedimento (bens e serviços) – 2010/2011	44
Quadro 28 - Distribuição dos contratos de obras públicas por tipo de procedimento	45
Quadro 29 - Número de contratos por tipo de procedimento (obras públicas) – 2010/2011	45
Quadro 30 - Montantes contratuais por tipo de procedimento (obras públicas) – 2010/2011	46
Quadro 31 – Distribuição da contratação pública por CPV, por número de contratos	47
Quadro 32 – Contratação ao abrigo de Acordos-Quadro	47
Quadro 33 – Entidades adjudicantes que reportaram contratos em 2011	48
Quadro 34 – Frequência de entidades adjudicantes por nº. de contratos celebrados em 2011	49
Quadro 35 – Número de plataformas por entidade adjudicante	50
Quadro 36 – Frequência de entidades adjudicatárias e preço contratual total, por número de contratos celebrados em 2011	51
Gráfico 1 – Distribuição dos contratos celebrados por valor e por setor (CPV) - 2008	22
Gráfico 2 - Número de contratos celebrados nos anos 2010 e 2011	24
Gráfico 3 - Valor dos contratos celebrados nos anos 2010 e 2011 (em Milhões de Euros)	24
Gráfico 4 - Valor médio dos contratos celebrados: 2010 e 2011 (em Euros)	25
Gráfico 5 - Valor médio dos contratos celebrados em função do ano de início do procedimento (em Euros)	26
Gráfico 6 - Número de contratos, por procedimentos pré-contratuais, nos anos 2010 e 2011	27
Gráfico 7 – Montante dos contratos, por procedimentos pré-contratuais, nos anos 2010 e 2011 (em Milhões de Euros)	28
Gráfico 8 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais: 2011/2010	29
Gráfico 9 - Montante dos contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais: 2011/2010 (em Milhões de Euros)	29
Gráfico 10 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais: 2011-2010 (em Euros)	30
Gráfico 11 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: número de contratos 2010/2011	31
Gráfico 12 - Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: montantes contratuais 2010/2011 (em Milhões de Euros)	32
Gráfico 13 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: variação do preço médio 2010/2011 (em Euros)	32
Gráfico 14 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: número de contratos 2010/2011	34
Gráfico 15 - Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: montantes contratuais 2010/2011	35
Gráfico 16 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: variação do preço médio 2010/2011 (em Euros)	35
Gráfico 17 – Número de procedimentos por ajuste direto em 2011-2010	37
Gráfico 18 - Valor dos contratos de ajustes diretos: 2011-2010 (em Milhões de Euros)	38
Gráfico 19 - Valor médio dos contratos de ajustes diretos: 2011-2010 (em Euros)	39

NOTA PRÉVIA

A função “compras” das entidades públicas é matéria sujeita a cada vez maior atenção e escrutínio público, o que naturalmente se saúda. Por força do aumento do espaço de intervenção pública e pela cada vez maior complexidade das compras de bens, serviços e obras públicas o peso da despesa pública tem aumentado na generalidade dos países que integram a União Europeia.

A existência de um portal único da contratação pública (portal BASE) ao qual é obrigatório reportar todos os procedimentos adjudicatórios efetuados pelas entidades públicas constitui uma ferramenta do maior interesse, para os decisores políticos, para os gestores e dirigentes públicos e para o cidadão em geral, pois não só tem um potencial de evolução ainda por explorar (permitindo, por exemplo, caraterizar e tipificar os contratos celebrados por entidade adjudicante, ou os montantes médios por tipo de contratos, etc.), como permite o escrutínio público por parte de todos os cidadãos.

O portal BASE detém, atualmente, uma importância acrescida, em razão da atual conjuntura, caraterizada pela restrição orçamental e pela necessidade de uma mais criteriosa identificação das necessidades coletivas, maior rigor no cálculo dos orçamentos e maior rigor na seleção das empresas adjudicatárias. Nesta matéria, Portugal congratula-se pelo facto de ser o primeiro (e ainda único) país da União Europeia a possuir um portal com as caraterísticas do BASE, de carácter universal e obrigatório.

O presente relatório pretende apresentar uma caraterização genérica da contratação pública no ano de 2011, ano que, por força dos efeitos da crise da dívida pública e das restrições orçamentais, ficou marcado por uma diminuição generalizada da despesa pública, na sua vertente “compras públicas”.

Fernando Oliveira Silva
Vice- Presidente do Conselho Diretivo
(Em substituição legal do Presidente)

1. INTRODUÇÃO

Através do presente relatório, o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) apresenta os principais indicadores da contratação pública em Portugal, contribuindo assim para o melhor conhecimento deste importante domínio de atividade do setor público.

Este relatório baseia-se nos dados obtidos através do portal BASE e surge na sequência do primeiro relato apresentado em 2011 (sobre a contratação pública de 2010¹), embora com uma análise mais alargada, com novos dados estatísticos, designadamente sobre a fundamentação dos ajustes diretos.

O presente documento surge num contexto de mudança da contratação pública na União Europeia, no seio da qual o modelo português de contratação pública eletrónica tem sido amplamente louvado pelas instâncias comunitárias. Ainda recentemente a Comissão Europeia divulgou uma Comunicação (COM 2012-179 final), intitulada “*Uma estratégia para a contratação pública eletrónica*”, na qual apresenta a importância estratégica dos contratos públicos eletrónicos e expõe as principais ações através das quais tenciona **apoiar a transição para uma contratação pública integralmente eletrónica na União Europeia**, documento no qual é feita menção ao caso português, que se transcreve:

«São muitos os exemplos de êxito nas soluções de contratação eletrónica já aplicadas em toda a Europa: Após a introdução da contratação eletrónica, os hospitais portugueses conseguiram alcançar reduções de preços de 18% nos seus contratos de aprovisionamento. No total, estima-se que a passagem para a contratação eletrónica em Portugal terá gerado economias de cerca de 650 milhões de euros no primeiro ano, que poderiam ter atingido 1,2 mil milhões de euros se todas as autoridades contratantes tivessem aplicado integralmente a contratação eletrónica.»

Já por ocasião da divulgação do Relatório “A Europa pode fazer melhor” em 21 de fevereiro último, elaborado pelo Grupo de Alto Nível de Peritos Independentes sobre os Encargos Administrativos, constituído junto da Comissão Europeia, foram identificados 74 exemplos de boas práticas, entre os quais o caso português, que mereceu o seguinte destaque:

«Digitalized public procurement in Portugal

Since 2009, tender procedures in Portugal must be performed through an electronic platform. The electronic public procurement rate in Portugal is 75% (2010), whereas the EU average is estimated to be less than 5%».

¹ Relatório efetuado com recurso não só a dados do portal BASE como das próprias plataformas eletrónicas da contratação pública.

Em 2011, cerca de 62% dos procedimentos de contratação foram realizados com recurso a plataformas eletrónicas de contratação pública, sendo que esta representatividade sobe para 92% caso o enfoque da análise se circunscreva aos procedimentos de valor superior aos limiares comunitários.

Numa conjuntura em que, em Bruxelas, se ultimam as novas diretivas europeias para os contratos públicos, é com entusiasmo que se constata que a contratação pública eletrónica à escala europeia continua atualmente a representar um desafio ao nível das instâncias comunitárias.

Para além de constituir um instrumento muito importante ao nível da *accountability* e da transparência dos diversos organismos públicos, no que respeita à gestão dos dinheiros públicos, a contratação pública eletrónica constitui igualmente uma fonte privilegiada de informação estatística sobre contratos públicos.

Os números globais apresentados neste relatório ilustram, desde logo, uma forte retração nos novos contratos públicos face ao ano anterior, com os valores totais da contratação pública nacional a caírem de 11 mil milhões de euros para cerca de 4,7 mil milhões de euros (uma quebra de 56%), diminuição que se explica essencialmente pela quebra acentuada no volume de empreitadas de obras públicas.

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

Desde 1 de Novembro de 2009² que, em Portugal, os procedimentos com natureza concorrencial (especificamente, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento por negociação, diálogo concorrencial, acordo-quadro, concurso de conceção e sistema de aquisição dinâmico) lançados ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP) são obrigatoriamente realizados através de plataformas eletrónicas, em todas as suas fases da formação do contrato, desde a publicitação do anúncio até à adjudicação do contrato.

Sobrevém que é similarmente obrigatório o recurso a meios eletrónicos, no que respeita à transmissão de dados no âmbito dos procedimentos de adjudicação por ajuste direto, mais concretamente em dois momentos do respetivo processo. Assim:

- a) As comunicações estabelecidas entre entidades adjudicantes, convidados/concorrentes e adjudicatários são obrigatoriamente veiculadas com recurso a meios eletrónicos, seja através de plataformas eletrónicas³ seja através de ferramentas de correio eletrónico;
- b) Toda a celebração de contratos públicos implica obrigatoriamente a respetiva publicitação – no portal BASE (www.base.gov.pt) gerido pelo InCI – diligenciada pelas entidades adjudicantes mediante o registo direto dos dados nesta ferramenta, ou concretizada através da transmissão eletrónica de dados por via da interoperabilidade deste portal com as plataformas eletrónicas envolvidas no processo da contratação pública⁴.

A introdução de meios eletrónicos tem constituído uma preocupação a nível comunitário, dela se destacando a “Declaração Ministerial de Manchester”, de 24 de novembro de 2005, mediante a qual os Estados da União Europeia estabeleceram a seguinte meta:

² Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro.

³ Sejam as plataformas eletrónicas especificamente certificadas para a tramitação procedimental dos concursos, seja, outras plataformas, de que é exemplo a Imprensa Nacional Casa da Moeda, entidade responsável pela publicação dos anúncios dos procedimentos.

⁴ Nos termos do número 3 do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, “A publicitação referida nos números anteriores é condição do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos” (redação conferida pela Lei do Orçamento do Estado para 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro).

- Que em 2010 as administrações públicas europeias fossem capazes de executar 100% da contratação pública (aquisição de bens, serviços e empreitadas) de forma eletrónica, de modo a proporcionar um mercado mais justo, transparente e concorrencial para as empresas, independentemente da sua dimensão e localização; e
- Que pelo menos 50% da contratação pública acima dos limiares comunitários fosse, nesse mesmo ano, promovida sob a forma eletrónica.

Em 2011, conforme se constata pelos dados do presente relatório, a taxa de contratação pública eletrónica atingiu o valor de 62% (muito acima da média comunitária). Já no que se refere ao índice de contratação pública eletrónica referente aos procedimentos de valor superior aos limiares comunitários, o valor apurado de 92% é bem expressivo do elevado grau de utilização das plataformas eletrónicas da contratação pública.

2.1. O Código dos Contratos Públicos (CCP)

O percurso de Portugal, que lhe permite ser atualmente referenciado como exemplo de boas práticas em matéria de contratação pública eletrónica, iniciou-se em 29 de Janeiro de 2008, com a publicação do Decreto-Lei nº 18/2008, que aprovou o CCP. Portugal dava, assim, o primeiro e decisivo passo na senda da modernidade em matéria de contratação pública.

Para além da transposição das Diretivas Comunitárias 17/2004 e 18/2004, este Código marcava definitivamente um corte com o passado, um corte com o excesso de burocracia, encetando um caminho de celeridade e transparência nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e empreitadas pelo Estado.

Com efeito, o CCP trouxe, entre outras inovações, as exigências de desmaterialização dos procedimentos (substituindo o papel por meios eletrónicos), de simplicidade processual, de encurtamento de prazos e de maior concorrência, transparência e eficiência.

Nessa medida, o CCP preparou o enquadramento legal para a constituição de um Portal oficial dos Contratos Públicos que servisse de base central, ponto de encontro da contratação pública em Portugal: assim surge o portal BASE, em www.base.gov.pt.



2.2. O portal dos contratos públicos (BASE)

O portal BASE foi lançado em 30 de julho de 2008 (data em que também entrou em vigor o CCP), assentando a sua criação na previsão do artigo 4º, nº 1 do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Este portal – cuja concepção esteve a cargo do Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI) e cuja gestão lhe está atribuída – constitui hoje uma peça essencial na estratégia da nova contratação pública, assente na **transparência** da informação, o que é absolutamente inovador em termos europeus, **sendo Portugal o primeiro país europeu a congregar toda a informação sobre contratos públicos num único portal oficial**.

O portal BASE é, por outro lado, um instrumento determinante na **eficácia dos ajustes diretos**, na medida em que os contratos celebrados na sequência de ajuste direto só podem produzir efeitos após a respetiva publicação naquele portal.

O portal BASE constitui, assim, um repositório oficial sobre contratação pública em Portugal, alimentado, em termos de informação, pelos *inputs* das entidades adjudicantes, das plataformas eletrónicas da contratação pública e do Diário da República Eletrónico.

A informação que o Portal reúne serve dois tipos de destinatários:

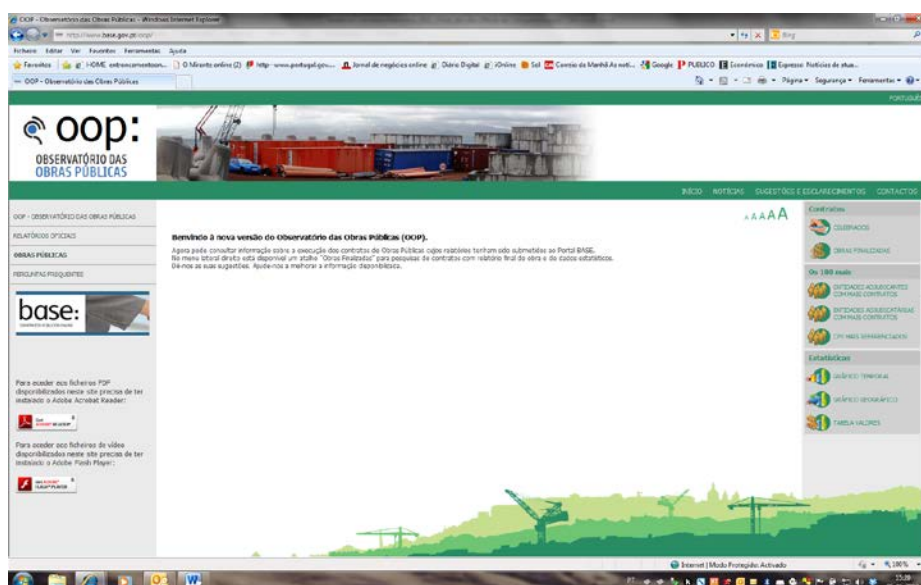
- O cidadão em geral, que nele pode efetuar pesquisas diversas, desde procedimentos específicos (como, por exemplo, dados sobre procedimentos de contratação por ajuste direto) a informação estatística agregada, no mercado da contratação pública;
- As entidades que pretendam elaborar os pertinentes relatórios estatísticos, como é o caso do INCI e da ESPAP (ex-ANCP), uma vez que o Portal transmite dados ao Observatório das Obras Públicas e ao Sistema de Gestão de Bens e Serviços.



Em janeiro de 2012, foi lançada a 2ª versão do portal BASE que visa otimizar a informação disponibilizada, apresentando informação estatística estruturada e, possibilitando ainda, pesquisas simples ou estruturadas a fim de permitir a extração de dados estatísticos de acordo com especificações do utilizador.

Este novo portal BASE não se limita a fornecer informação sobre a formação dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto, tendo antes por finalidade prestar informação pública sobre a formação de contratos públicos, em geral, independentemente da natureza concorrencial ou não dos respetivos procedimentos adjudicatórios.

2.3. O Observatório das Obras Públicas (OOP)



O InCI é ainda responsável pela gestão do Observatório das Obras Públicas, o qual passou, desde 1 de junho de 2012, a constituir um subsistema do portal BASE, em <http://www.base.gov.pt/oop/>.

O Observatório das Obras Públicas permite, entre outras funcionalidades, efetuar pesquisas sobre a formação e a execução de contratos relacionados com obras públicas (empreitadas, concessões, e serviços relacionados com obras públicas). Permite desde logo comparar o preço contratual com o preço total efetivo (pago), bem como o prazo de execução previsto com a data efetiva de execução das prestações objeto do contrato.

Trata-se de um importante instrumento de monitorização, que decididamente contribui para a diminuição das “derrapagens”, nas obras públicas, no que diz respeito a preços e prazos.

2.4. As plataformas eletrónicas de contratação

O sistema de contratação eletrónica adotado pelo Governo de Portugal baseia-se na promoção de um mercado de serviços de contratação eletrónica, por empresas em regime de concorrência regulada, gestoras das correspondentes plataformas eletrónicas (*“software as a service”*).

No que se refere à tramitação dos procedimentos pré-contratuais, Portugal foi mais uma vez pioneiro, aceitando o desafio e correndo os riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as etapas da contratação pública através de plataformas eletrónicas, substituindo os procedimentos em papel.

Na sequência da aprovação do CCP surgiram no mercado diversas empresas dispostas a aceitar o desafio de criar plataformas eletrónicas de contratação pública, as quais tiveram, por sua vez, de se submeter a um processo de certificação, sob a égide do CEGER – Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

Hoje existem em funcionamento 8 plataformas de contratação pública eletrónica certificadas:

Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública

	Plataforma	Empresa	Website
	ACINGOV	Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda.	www.acingov.pt/
	ANOGOV	Ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda	www.anogov.com/
	COMPRAS GOV	Central-E-Informação Comércio Eletrónico, S.A	https://comprasgov.forumb2b.com
	GATEWIT	Construlink - Tecnologias de Informação, S.A	www.compraspublicas.com/
	COMPRAS PT	Infosistema - Sistemas de Informação, S.A	www2.compraspt.com/
	SAPHETY GOV	Saphety Level - Trusted Services, S.A	www.saphety.com/saphetygov
	VORTALGOV	Vortal, Comércio Eletrónico Consultadoria e Multimédia, S.A	http://portugal.vortal.biz/vortalgov
	TRADEFORUM	PT PRIME TradeCom - Soluções Empresariais de Comércio Eletrónico, S.A	http://www.tradeforum.pt/default.asp

Estas plataformas constituem um testemunho da aposta das empresas portuguesas na inovação tecnológica. Pelo seu pioneirismo, estão hoje em condições de exportar o seu *know-how* para outros mercados, seja na União Europeia, seja noutras partes do mundo, onde, aliás, algumas delas já estão implantadas. Refira-se, aliás, que o Livro Verde da União Europeia sobre contratos públicos faz apelo à partilha de experiências entre os países que a constituem, desenvolvendo uma filosofia de *benchmarking*, sendo que, neste domínio, Portugal está destacadamente no pelotão da frente.

2.5. As entidades de certificação eletrónica

A desmaterialização dos procedimentos administrativos assume contornos especialmente exigentes no domínio da contratação pública, não só ao nível da prossecução do princípio da concorrência no mercado global, ao reunir informação massificada numa base de dados e ao disponibilizá-la ao público em geral, mas também no contexto específico da veiculação eletrónica de documentação em cada procedimento, no qual o operador económico, potencial adjudicatário, submete informaticamente elementos reveladores das suas mais-valias no mercado.

A garantia da segurança do funcionamento deste (recente) sistema de informação tem, assim, sido também assegurada pelas plataformas de emissão de certificados digitais qualificados e de selo qualificado de tempo, numa ação complementar à das plataformas eletrónicas da contratação pública, nomeadamente quanto a:

- a) Integridade, não repúdio e confidencialidade dos documentos disponibilizados através das plataformas eletrónicas de contratação;
- b) Autenticação e identificação dos participantes na contratação eletrónica;
- c) Aposição de selo temporal a todos os documentos disponibilizados e comunicações efetuadas através das plataformas eletrónicas de contratação, permitindo aferir o momento da sua submissão para efeitos do cumprimento das regras legalmente estabelecidas.

As plataformas de certificação eletrónica têm de se submeter a um processo de credenciação, sob a égide do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), para poderem emitir certificados digitais e selos de tempo qualificados, existindo neste momento as seguintes entidades credenciadas para esses fins:

Entidades de Certificação Eletrónica

	Tipo de credenciação	Entidade/Empresa	Website
	Certificados digitais qualificados e selos qualificados de tempo	Entidade Certificadora Comum do Estado	www.ecce.gov.pt
	Certificados digitais qualificados	Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão	pki.cartaodecidadao.pt
	Certificados digitais qualificados	Entidade Certificadora da Assembleia da República	www.parlamento.pt
	Certificados digitais qualificados e selos qualificados de tempo	Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica, S.A.	www.multicert.com
 	Certificados digitais qualificados	British Telecommunications plc (serviço de registo efectuado por DigitalSign – Certificadora Digital Lda.)	www.bt.com (www.digitalsign.pt)

2.6. O Diário da República Eletrónico (DRE)



Desde a criação do portal BASE, o InCI e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, I.P. (gestor do DRE) desenvolveram uma estreita colaboração com importantes impactos na contratação pública eletrónica.

A sincronização entre estas entidades veio permitir, entre outros efeitos, a utilização de um sistema de autenticação comum, mediante o qual o *login* disponibilizado, pela INCM, aos representantes das entidades adjudicantes, para acesso à área reservada do DRE, veio facultar também o acesso à área reservada do portal BASE, evitando assim a duplicação de sistemas.

Outro aspeto da referida sincronização residiu em automatizar a migração dos dados para o portal BASE na sequência de toda a publicação, no DRE, de anúncios de procedimentos pré-contratuais, possibilitando, a todos os interessados, não só visualizar os concursos a decorrer, mas também beneficiar de elementos pré-inseridos no sistema de informação, nos casos em que este preveja o preenchimento de formulários, no decurso do procedimento.

2.7. A plataforma de interoperabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA)



Encerrando a descrição do circuito definido para a contratação pública eletrónica, importa salientar a preocupação havida no aproveitamento de recursos já disponíveis, pelo qual primou a concretização deste sistema; no sentido de maximizar a utilização de infraestruturas públicas já existentes, o InCI celebrou um protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) mediante o qual ficou estabelecido que a interligação entre as plataformas eletrónicas e o portal BASE fosse efetuada através da plataforma de interoperabilidade daquela Agência, enquanto instrumento vocacionado para maximizar a interoperabilidade entre os agentes da Administração Pública.

2.8. Contratação pública eletrónica

2.8.1 Índice de contratação pública eletrónica em Portugal (ICPEP)

Quadro 1 – Contratação Pública Eletrónica em Portugal

	N.º	Montante
Contratação Pública	122.763	4.764.817.691 €
Contratação Pública via plataforma eletrónica	16.847	2.937.950.218 €

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Dos 4,7 mil milhões de euros que representam a contratação pública em Portugal, em 2011, foram contratados por intermédio das plataformas eletrónicas 2,9 mil milhões, isto é, 62 % do montante contratual total⁵.

⁵ Conforme foi já referido, convirá ter presente que o método de apuramento dos dados relativos ao ano de 2011 foi distinto do utilizado para os relativos ao ano de 2010: se em 2010 foram cruzados os dados constantes do portal BASE com elementos disponibilizados pelas plataformas, no presente relatório a fonte para a determinação dos índices foi exclusivamente o portal BASE pelo que a real expressão da contratação pública por via das plataformas eletrónicas poderá estar subestimada em razão da interligação das diversas plataformas com o portal dos contratos públicos, que não foi coincidente em todos os casos.

INDICE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL ICPEP (total)

$ICPEP_{(total)} = 62\%$

2.8.2 Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)

No que se refere ao compromisso de Manchester, Portugal demonstrou um desempenho ainda melhor que em 2010 (91%). Efetivamente, se aos procedimentos concorrenciais retirarmos os ajustes diretos cujo valor contratual foi superior aos limiares comunitários e cujo reporte ao BASE não tinha ainda ocorrido à data da recolha de dados (num total de 57 procedimentos, totalizando um pouco mais do que 116 milhões de euros), chegamos a um valor de 92% para o Índice de Manchester.

Quadro 2 – Cálculo do Índice de Manchester

	Valores contratuais (2011)
Concursos com publicação no JOUE	1.444.330.132 €
Ajustes diretos acima dos limiares comunitários não comunicados ao BASE	116.292.458 €
Índice de Manchester	92%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012); JOUE

INDICE DE MANCHESTER (ALC)

$IM_{(ALC)} = 92\%$

ALC: Acima dos limiares comunitários

3. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2011 o **montante dos novos contratos públicos comunicados ao portal BASE**⁶ diminuiu face ao ano de 2010, acompanhando a tendência regressiva do produto interno bruto, diminuindo o seu peso no total da riqueza anualmente produzida no nosso país em 3,56 pontos percentuais, passando a representar 2,8%, como se depreende do quadro seguinte:

Quadro 3 - A contratação pública em Portugal: peso no PIB

	2010	2011	Δ %
Produto Interno Bruto	172.670	171.112	-0,9
Montante Contratual	10.958	4.765	-56,5
Peso da contratação pública em função do PIB	6,3%	2,8%	

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais - 4º Trimestre de 2011 e ano 2011

Situação similar, porém mais acentuada, sucedeu com os montantes contratuais relativos a obras públicas reportadas ao portal BASE, tendo a sua diminuição (-60%) provocado, inclusive, um efeito de decréscimo do peso relativo das obras públicas na formação bruta de capital fixo, na construção, em 19,3 pontos percentuais, limitando-se assim a uma representatividade de 16%.

Quadro 4- A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção

	Unidade: Milhões de euros		
	2010	2011	Δ %
Formação Bruta de Capital Fixo - Construção	18.953	16.780	-11,5
Montante Contratual Obras Públicas	6.687	2.678	-60,0
Peso das obras públicas na FBCF - Construção	35,3%	16,0%	

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais - 4º Trimestre de 2011 e ano 2011

⁶ Atenta a natureza e o enquadramento jurídico, existe um conjunto de contratos públicos que poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE, nos anos de 2010 e 2011, designadamente:

- Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5.000 euros;
- Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- Os contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- Os contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação "in house").

Em todo o caso, é de notar que, em 2011, se registou um número considerável de registos deste tipo de contratos, nomeadamente de ajustes diretos simplificados: dos procedimentos considerados, 70.563 contratos (64,2% do número total de bens e serviços) tiveram um valor contratual inferior a 5.000 euros (limiar para o ajuste direto simplificado), traduzido num valor global de 55.034.919,05 € (2,6% do valor total de bens e serviços considerados).

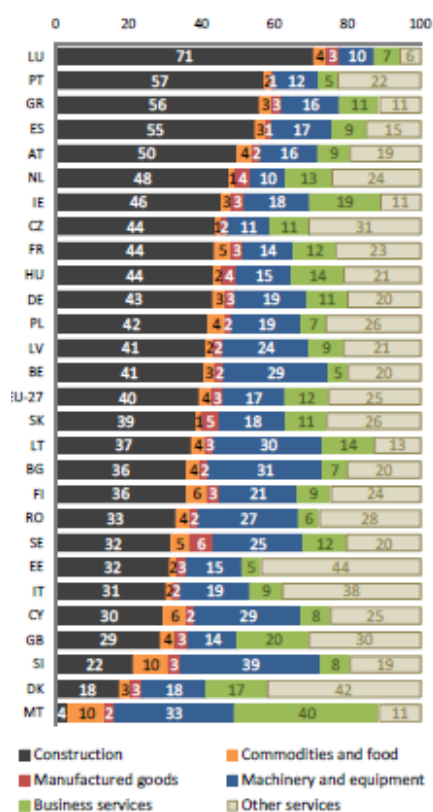
A este número tão expressivo, face ao ano anterior, poderá não ser alheia a generalização da utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública em algumas entidades adjudicantes, também para aquisições de pequeno montante.

Cada um dos quadros 3 e 4 apresenta valores referentes a despesa prevista e assumida na celebração do contrato (relativa a novos contratos) e a despesa executada (PIB e FBCF) ⁷, não estando a ser apresentados valores referentes a despesa resultante de contratos em execução (celebrados em anos anteriores).

Não obstante o desfasamento temporal inerente às fases em que o valor da despesa está a ser apurado, os números ilustram uma tendência de redução da despesa pública em função das necessidades de contenção do défice orçamental e da redução da dívida pública.

A redução verificada no volume de obras públicas (face ao volume total dos contratos públicos) poderá significar, por outro lado, que após décadas de investimento em obras estruturantes para o desenvolvimento do país, nos aproximamos da média verificada nos Estados da União Europeia com maiores níveis de desenvolvimento (em que a aquisição de bens e serviços supera os números das obras públicas), conforme se pode aferir pelo gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Distribuição dos contratos celebrados por valor e por setor (CPV) - 2008



Fonte: GHK, *Evaluation of SME's access to public procurement markets in the EU*, DG Enterprise and Industry Final Report, Setembro 2010

⁷ Do ponto de vista orçamental e financeiro, a diminuição dos montantes contratuais deixa antever uma futura menor execução.

3.1. Montante da contratação pública

Em 2011, a contratação pública portuguesa reportada ao BASE atingiu cerca de 4,76 mil milhões de euros, resultado de 122.763 procedimentos de contratação.

Quadro 5- A contratação Pública em Portugal: números globais

	N.º	%	MONTANTE	%
Bens e serviços	109.831	89,5%	2.086.727.006 €	43,8%
Obras públicas	12.932	10,5%	2.678.090.684 €	56,2%
TOTAL	122.763	100%	4.764.817.691 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

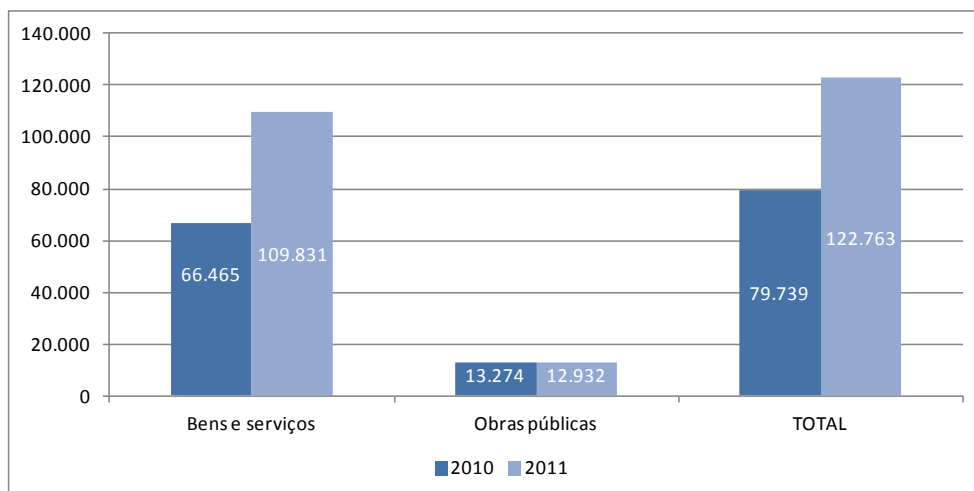
Destes valores, a larga maioria do número de procedimentos que deram origem a contratos no ano de 2011, centrou-se na aquisição de bens e serviços (109.831, representando 89,5% do total de procedimentos comunicados ao BASE). No que respeita aos montantes contratados, todavia, foram as obras públicas⁸ a deter um peso ligeiramente superior, atingindo 56,2% do total dos valores contratuais (cerca de 2,68 mil milhões de euros).

De referir que no ano de 2011 foi reportado um número significativo de contratos de bens e serviços com valor contratual inferior a 5.000 €: 70.563 contratos (64,2% dos contratos de bens e serviços, correspondente a e 57,5% do total de contratos), que importou em 55.034.919 € (2,6% do valor de bens e serviços, ou seja, 1,2% do montante contratual global reportado). Este número – que resultará da utilização generalizada das plataformas eletrónicas de contratação pública, por algumas entidades adjudicantes, não só para os ajustes diretos mas inclusive para os ajustes diretos simplificados – poderá condicionar as conclusões, mormente no que respeita à evolução do número de contratos.

No caso das obras públicas verifica-se uma diminuição do número de procedimentos (-342 contratos, ou seja, -2,58%).

⁸ Considerando-se nas obras públicas os serviços relacionados com obras públicas.

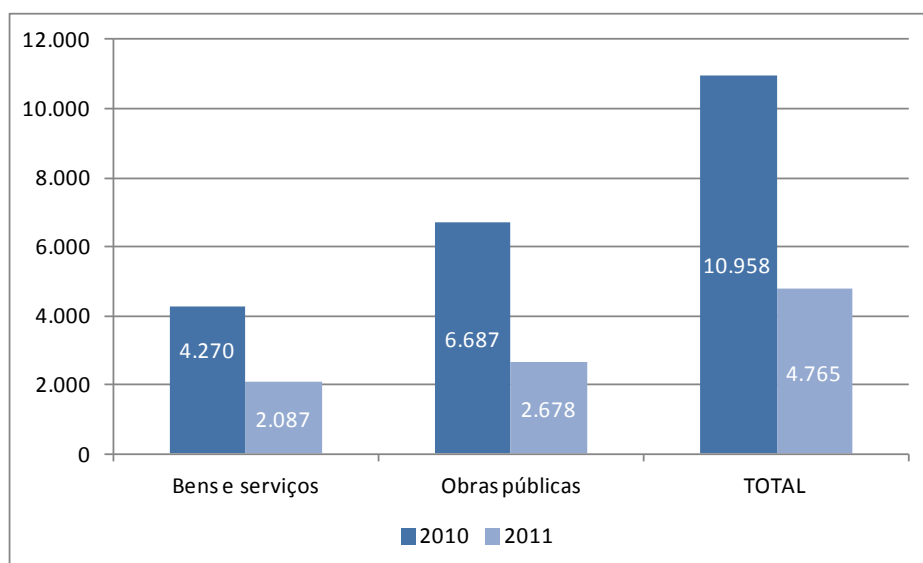
Gráfico 2 - Número de contratos celebrados nos anos 2010 e 2011



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A retração é assim mais evidente quando analisados os valores contratuais: a diminuição ascendeu a cerca de 6,19 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de -56,5% face a 2010 (gráfico 3). A diminuição foi particularmente sentida no caso das obras públicas (-59,95%, respeitantes à "perda" de 4,01 mil milhões de euros), muito embora a variação relativa no caso das aquisições de bens e serviços não tenha ficado muito distante (-51,13%, isto é, diminuição de 2,18 mil milhões de euros).

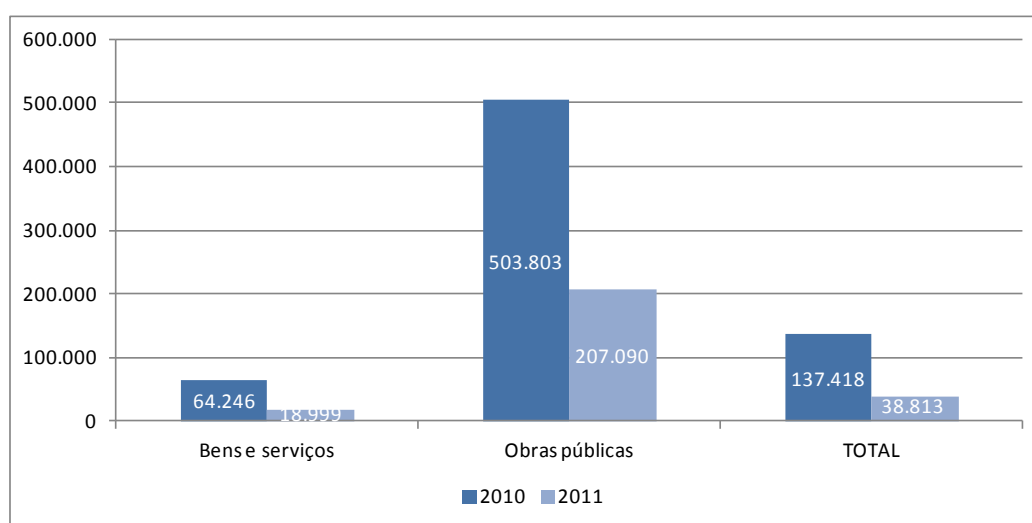
Gráfico 3 - Valor dos contratos celebrados nos anos 2010 e 2011 (em Milhões de Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

O valor médio de todos os contratos passou de 137.418 € (2010) para 38.813 € (2011), o que traduz uma diminuição de -71,8% do valor médio. No caso das obras públicas esta diminuição traduziu-se numa variação do valor médio de -52,8% (passando de 503.803 € para 207.090 €), e, no caso dos bens e serviços, de -70,4% (64.246 € em 2010 e 18.999 € em 2011), conforme se pode constatar no gráfico seguinte:

Gráfico 4 - Valor médio dos contratos celebrados: 2010 e 2011 (em Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Todavia, se expurgarmos os contratos de bens e serviços com preço contratual inferior a 5.000 €, o valor médio dos contratos (bens e serviços e obras públicas) resulta em 90.226 € - traduzindo, ainda assim, uma diminuição de 34,3% face a 2010) – e, no caso dos bens e serviços, o valor médio assim apurado resulta em 51.739 €, representando, também, uma variação negativa face ao valor médio de 2010, embora menos acentuada (-19,5%).

Analisando os dados por ano de abertura dos respetivos procedimentos de contratação, a larga maioria dos contratos foi celebrada na sequência de procedimentos abertos no próprio ano de 2011: 120.808 (98,4% do número total). Este peso, todavia, diminui de forma acentuada quando nos reportamos aos valores contratados: "somente" 70,7% do valor total - correspondente a 3,37 mil milhões de euros - teve na sua origem procedimentos de contratação aberto no ano de 2011.

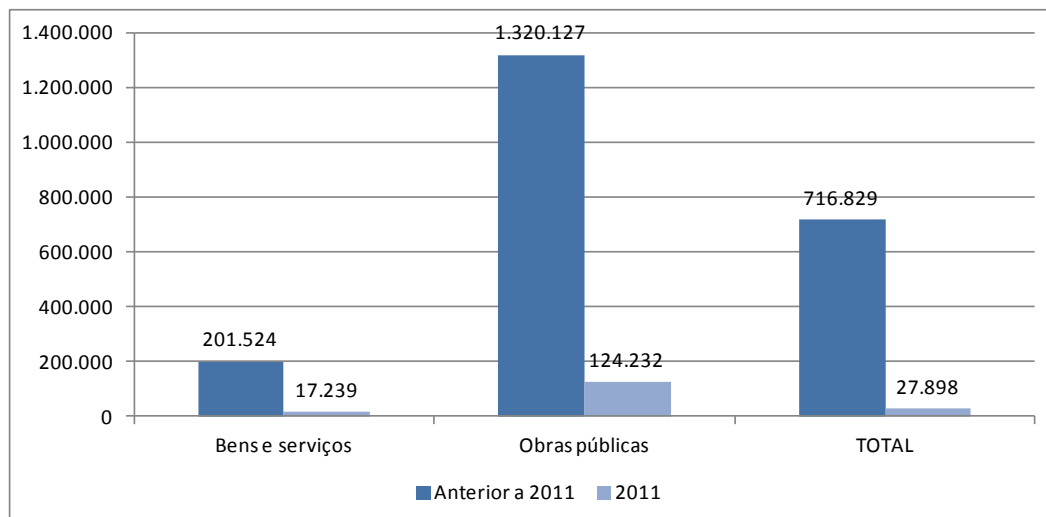
Quadro 6 - Número e montante dos contratos celebrados em 2011, em função do ano de abertura do procedimento

	Ano de abertura do procedimento					
	Anterior a 2011		2011		Total	
	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
Bens e serviços	1.049	211.398.522 €	108.782	1.875.328.485 €	109.831	2.086.727.006 €
Obras públicas	896	1.182.833.606 €	12.036	1.495.257.078 €	12.932	2.678.090.684 €
TOTAL	1.945	1.394.232.128 €	120.818	3.370.585.563 €	122.763	4.764.817.691 €

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Da análise dos dados constatamos que o ano de 2011 foi ainda marcado por uma forte diminuição do valor médio por contrato, pois diminuiu -96%, passando de 716.829 € (2010) para 27.898 € (2011). Apesar desta tendência ser comum aos «bens e serviços» e às «obras públicas», foi nestas últimas que a variação foi mais notória, tendo a diferença do valor médio atingido os -90,6%. Mesmo considerando alguns dos procedimentos com preço base mais elevado, aos quais esteja associado uma maior complexidade e, conseqüentemente, maior duração dos próprios procedimentos pré-contratuais – desde logo os procedimentos internacionais -, não deixa de ser uma diferença importante a destacar.

Gráfico 5 - Valor médio dos contratos celebrados em função do ano de início do procedimento (em Euros)



Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

3.2. Procedimentos concorrenciais

No ano de 2011 os contratos que tiveram na sua origem procedimentos concorrenciais representaram 4,1% (4.994) do número total de contratos e 54,2% (mais de 2,5 mil milhões de euros) do volume de despesa.

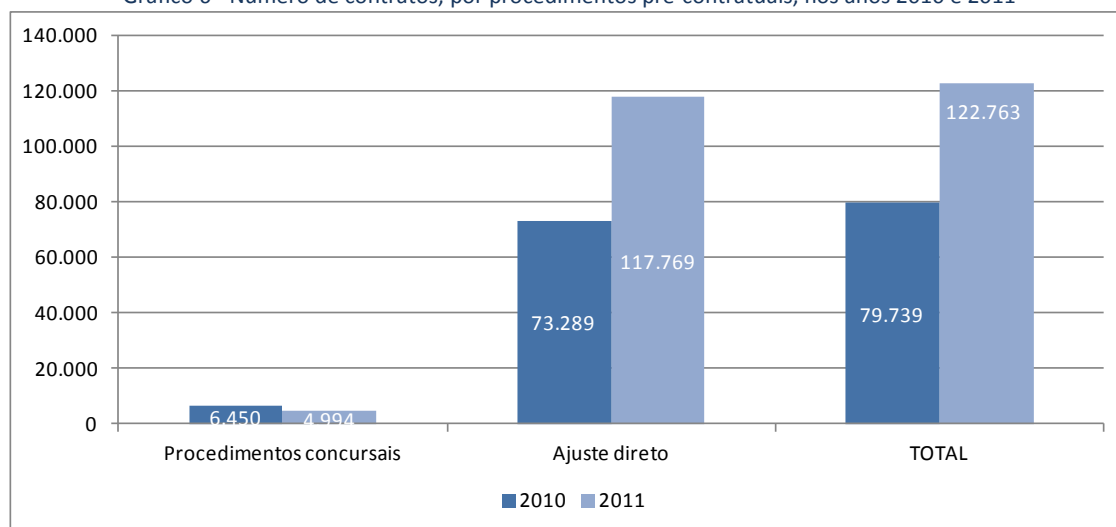
Quadro 7 – Contratação pública em 2011 por tipo de procedimentos

	Número de contratos		Montante dos contratos	
	Valor	%	Valor	%
Procedimentos concursais	4.994	4,1%	2.582.088.181 €	54,2%
Ajuste direto	117.769	95,9%	2.182.729.509 €	45,8%
TOTAL	122.763	100%	4.764.817.691 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Face a 2010, estes números traduzem um ligeiro reforço do peso relativo do número de contratos por ajuste direto, em detrimento do número de contratos com origem em procedimentos concorrenciais, em 4 pontos percentuais.

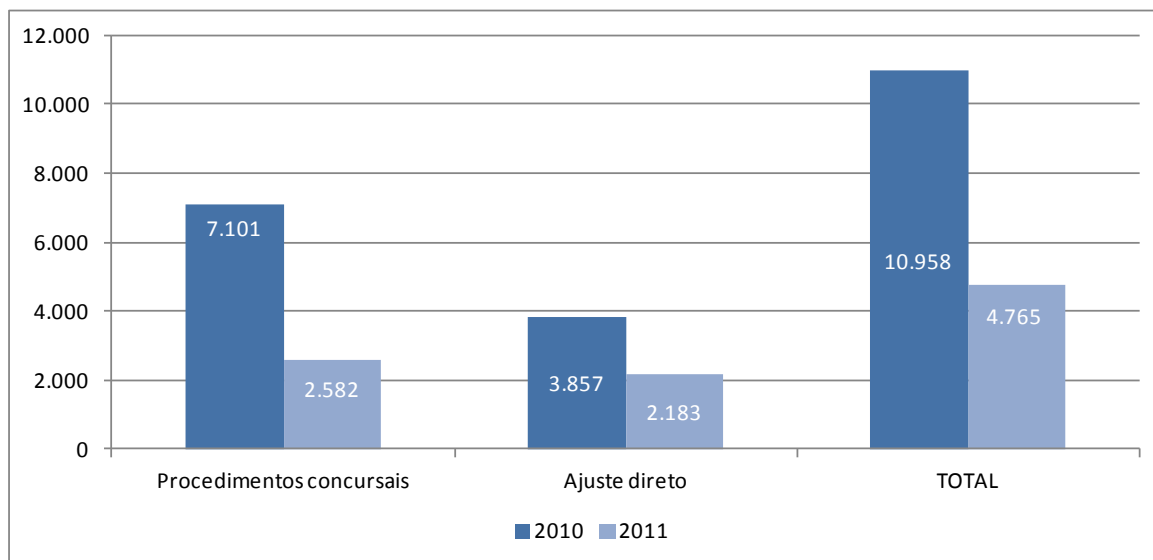
Gráfico 6 - Número de contratos, por procedimentos pré-contratuais, nos anos 2010 e 2011



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A perda do peso relativo dos procedimentos concorrenciais foi mais sentida nos valores contratados: se em 2010 representaram 64,8% do valor total da contratação pública reportada ao portal BASE, em 2011 a sua representatividade diminuiu para "apenas" 54,2% (portanto, com uma perda de 10,6 pontos percentuais na estrutura por tipo de procedimento).

Gráfico 7 – Montante dos contratos, por procedimentos pré-contratuais, nos anos 2010 e 2011 (em Milhões de Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Em 2011 foram reportados, ao portal BASE, 4.994 contratos precedidos de procedimentos concorrenciais, dos quais 65,0% (3.246) foram respeitantes a bens e serviços e 35,0% (1.748) a obras públicas. Do ponto de vista dos montantes contratuais, a situação inverteu-se, sendo a maior fatia respeitante a obras públicas (74,8%) e o remanescente (25,2%) relativo a bens e serviços.

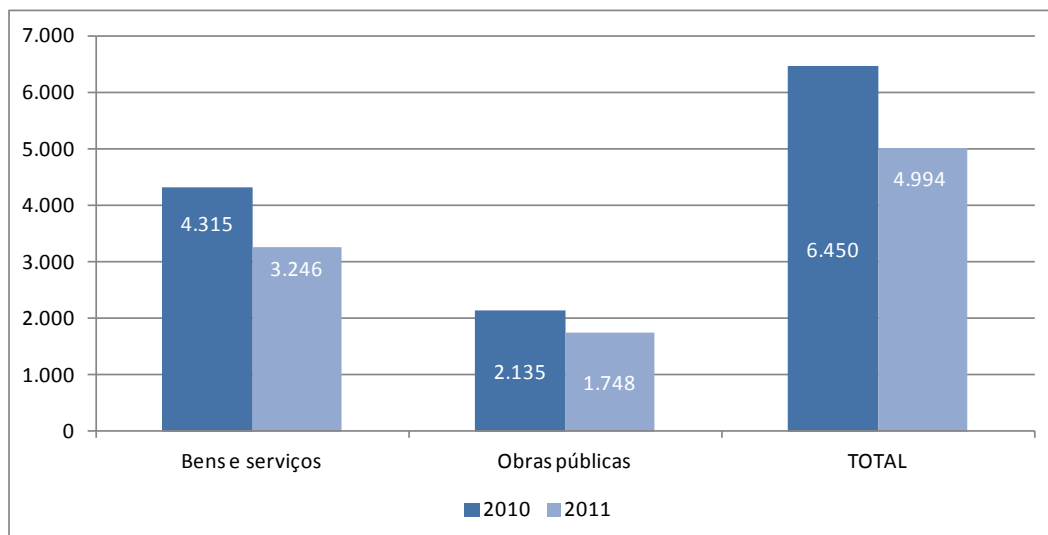
Quadro 8 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais em 2011

	Número de contratos		Montante dos contratos	
	Valor	%	Valor	%
Bens e serviços	3.246	65,0%	650.090.335 €	25,2%
Obras públicas	1.748	35,0%	1.931.997.847 €	74,8%
TOTAL	4.994	100%	2.582.088.181 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Em termos de número de procedimentos, os dados apurados em 2011 - quando comparados com o ano anterior - denotam um decréscimo assinalável: -24,8% de procedimentos relativos a bens e serviços e -18,1% no caso das obras públicas.

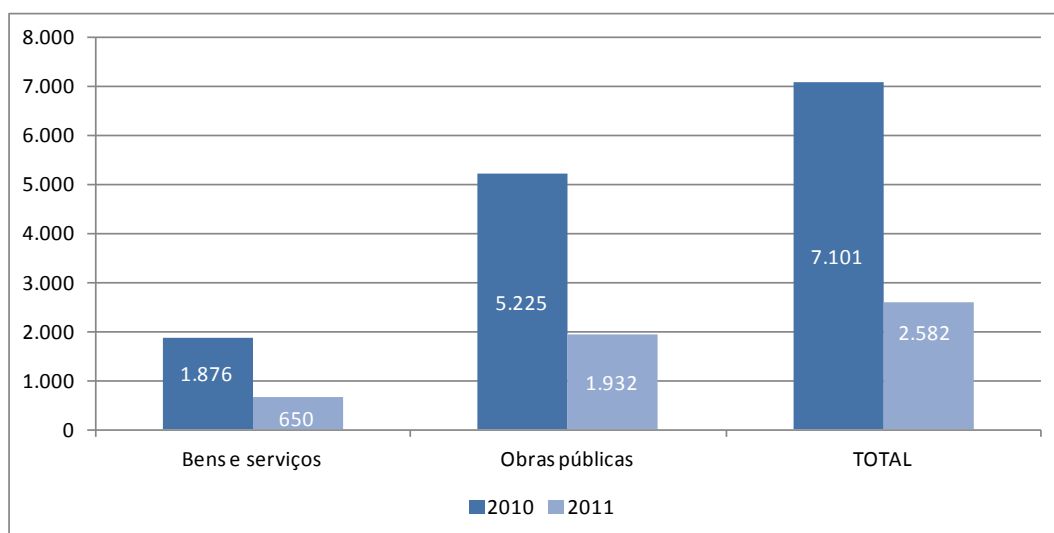
Gráfico 8 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais: 2011/2010



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A variação é, ainda, mais notada em termos de valor: de 2010 para 2011 o valor dos contratos celebrados que foram precedidos de procedimentos concorrenciais, no geral, registou uma variação de -63,6%, com uma quebra nas aquisições de bens e serviços de 65,3%, mais significativa do que a verificada nas obras públicas (-63%).

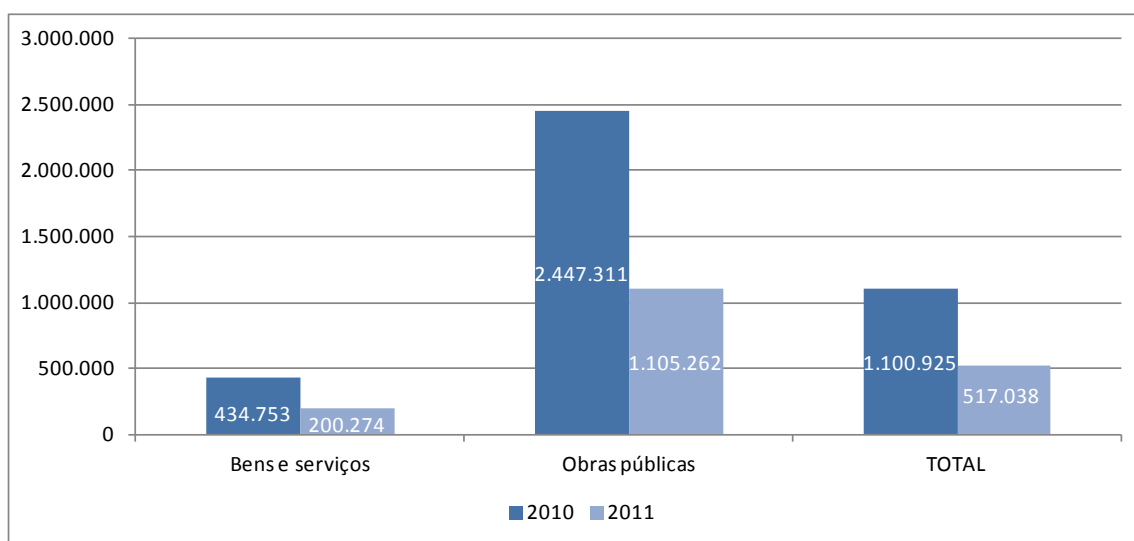
Gráfico 9 - Montante dos contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais:2011/2010 (em Milhões de Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

O valor médio dos contratos também sofreu uma redução acentuada: de 2010 para 2011 o valor médio dos contratos públicos precedidos de procedimentos concorrenciais registou uma variação de -53%: -53,9% no caso de aquisição de bens e serviços e de -54,8% no caso das obras públicas.

Gráfico 10 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais: 2011-2010 (em Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Dos 4.994 contratos precedidos de procedimentos concorrenciais reportados ao BASE, 956 (correspondentes a 1,44 mil milhões de euros) decorreram de concursos com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Quadro 9 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE em 2011

	Número de contratos		Montante dos contratos	
	Valor	%	Valor	%
Bens e serviços	789	82,5%	482.099.079 €	33,4%
Obras públicas	167	17,5%	962.231.052 €	66,6%
TOTAL	956	100%	1.444.330.132 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Estes procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE tiveram pesos diferentes consoante se tratou de bens e serviços ou obras públicas. Assim, os contratos de bens e serviços representaram 24,3% do número de procedimentos e 74,2% dos montantes contratuais.

Quadro 10 - Peso relativo dos procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: bens e serviços

	N.º	MONTANTE
Concursos internacionais	789	482.099.079 €
Procedimentos concorrenciais	3.246	650.090.335 €
Peso relativo	24,3%	74,2%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

No caso das obras públicas, os contratos precedidos de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE representaram “apenas” 9,6% do número total de procedimentos concorrenciais, mas ainda assim 49,8% do montante contratual total.

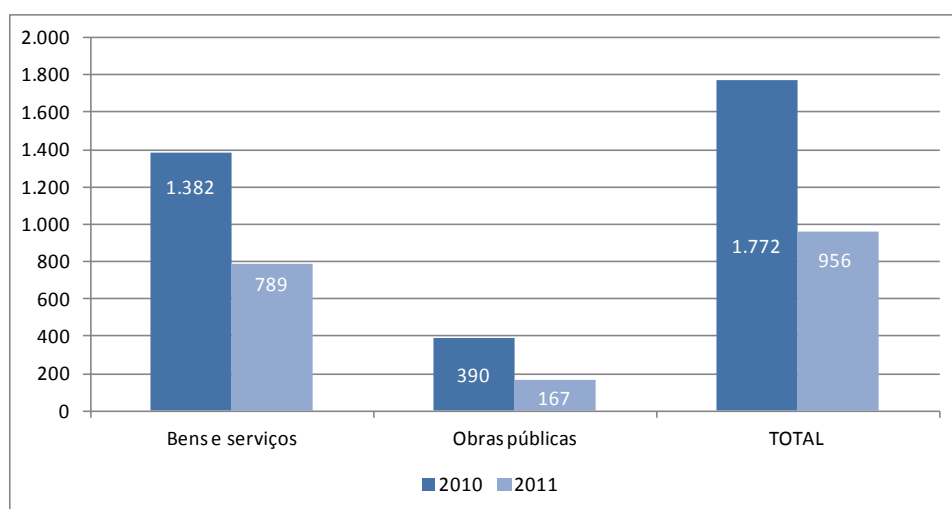
Quadro 11 - Peso relativo dos procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: obras públicas

	N.º	MONTANTE
Concursos internacionais	167	962.231.052 €
Procedimentos concorrenciais	1.748	1.931.997.847 €
Peso relativo	9,6%	49,8%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Por referência ao ano de 2010, os contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE também apresentam uma acentuada diminuição. No que respeita ao número de procedimentos, a variação foi de -42,9% no caso dos bens e serviços e de -57,2% nas obras públicas.

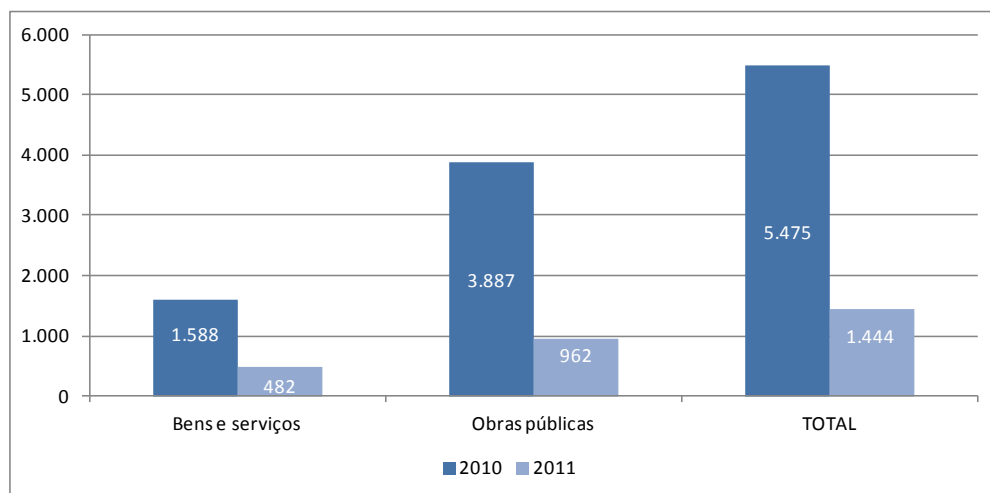
Gráfico 11 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: número de contratos 2010/2011



Fontes: “Relatório da contratação pública eletrónica 2010” e portal BASE (Nov. 2012)

Em termos de montantes contratuais, a diminuição foi ainda mais acentuada: -69,6% nos bens e serviços e -75,2% nas obras públicas.

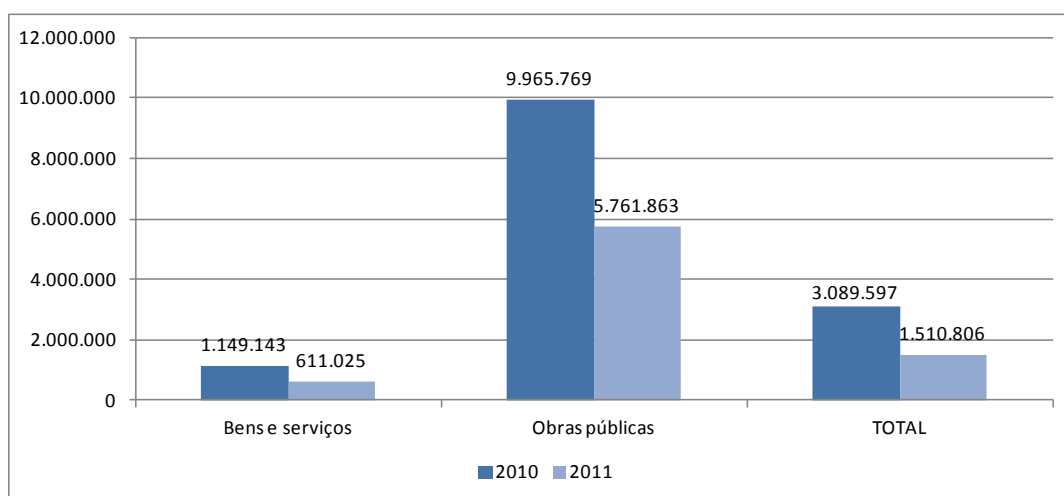
Gráfico 12 - Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: montantes contratuais 2010/2011 (em Milhões de Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Consequência das variações referidas, também o montante médio dos contratos de 2011 sofreu uma diminuição face a 2010, que correspondeu a -46,8% no caso dos bens e serviços e a -42,2% no que se refere às obras públicas.

Gráfico 13 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE: variação do preço médio 2010/2011 (em Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Dos contratos resultantes de procedimentos precedidos por publicação no JOUE constatou-se uma predominância dos adjudicatários com sede em território português: em termos de número de contratos, 97,1% tiveram como co-contratante exclusivamente empresas nacionais, tendo tido o número de contratos remanescente (2,9%) como adjudicatário empresas com sede em países estrangeiros.

Quadro 12 – Número de procedimentos com publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários

Países das entidades adjudicatárias	Bens e serviços		Obras Públicas		Total	
	N.º de contratos	%	N.º de contratos	%	N.º de contratos	%
Portugal	767	97,2%	161	96,4%	928	97,1%
Outros Países da União Europeia	20	2,5%	6	3,6%	26	2,7%
Países fora da União Europeia	2	0,3%	0	0,0%	2	0,2%
TOTAL	789	100%	167	100%	956	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

A repartição dos contratos por nacionais e por não nacionais foi bastante similar em razão da natureza dos contratos, com uma ligeira predominância do peso dos adjudicatários nacionais no caso dos bens e serviços (97,2%) face às obras públicas (96,4%).

Em termos de valores contratuais, a predominância dos co-contratantes nacionais mantém-se elevada - no global o peso foi de 93%, sendo que a relevância é maior no caso dos bens e serviços (93,9%) do que nas obras públicas (92,6%).

Quadro 13 – Montantes contratuais dos procedimentos com publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários

Países das entidades adjudicatárias	Bens e serviços		Obras Públicas		Total	
	Total do preço contratual	%	Total do preço contratual	%	Total do preço contratual	%
Portugal	452.543.286 €	93,9%	891.374.823 €	92,6%	1.343.918.109 €	93,0%
Outros Países da União Europeia	29.546.200 €	6,1%	70.856.229 €	7,4%	100.402.430 €	7,0%
Países fora da União Europeia	9.593 €	0,002%	0 €	0,0%	9.593 €	0,0%
TOTAL	482.099.079 €	100%	962.231.052 €	100%	1.444.330.132 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Dos 4.038 contratos precedidos de procedimentos concorrenciais que não foram objeto de publicação no JOUE, 2.457 (60,8%) respeitavam a bens e serviços e 1.581 (39,2%) a obras públicas. Em termos de valores contratuais o peso predominante foi das obras públicas (85,2%), restando aos bens e serviços os remanescentes 14,8%.

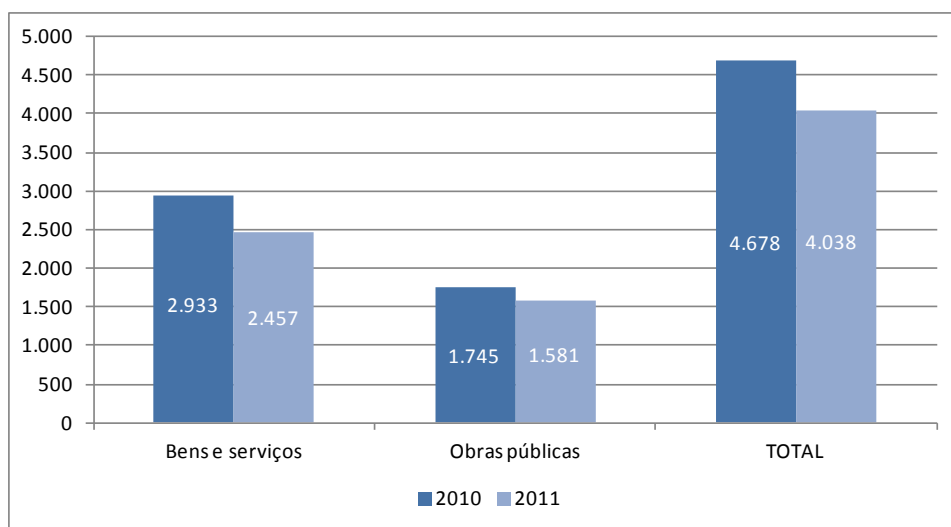
Quadro 14 - Contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE em 2011

	N.º	%	MONTANTE	%
Bens e serviços	2.457	60,8%	167.991.256 €	14,8%
Obras públicas	1.581	39,2%	969.766.794 €	85,2%
TOTAL	4.038	100%	1.137.758.050 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Por comparação com 2010, registou-se uma diminuição do número de procedimentos tanto nos bens e serviços (-16,2%) como nas obras públicas (-9,4%), sendo, todavia, uma diminuição menos representativa do que nos contratos precedidos de procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE.

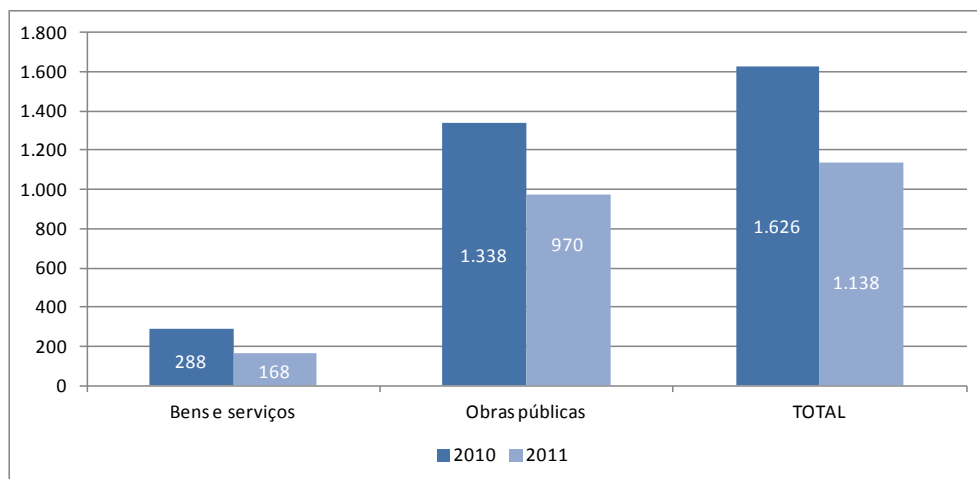
Gráfico 14 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: número de contratos 2010/2011



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A mesma tendência se observa no caso dos montantes contratuais: descida dos valores face a 2010 (-41,6% nos bens e serviços e -27,5% nas obras públicas) mas ainda assim uma descida menos intensa do que o verificado no caso dos procedimentos concorrenciais com publicidade no JOUE.

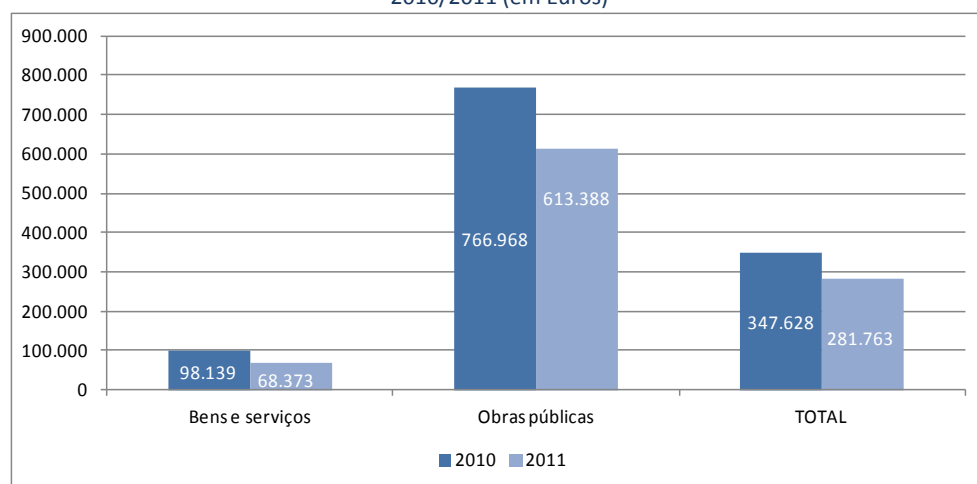
Gráfico 15 - Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: montantes contratuais 2010/2011 (em Milhões de Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Também os valores médios dos contratos precedidos de concursos sem publicação no JOUE foram menores do que em 2010, tendo sofrido uma diminuição mais acentuada no caso dos bens e serviços (-30,3%) do que nas obras públicas (-20%).

Gráfico 16 – Contratos resultantes de procedimentos concorrenciais sem publicidade no JOUE: variação do preço médio 2010/2011 (em Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Por nacionalidade do adjudicatário, o peso das empresas com sede no território nacional representa 98,7% do número dos contratos reportados ao BASE, sendo mais acentuado no caso das obras públicas (99,7%) do que dos bens e serviços (98,6%).

Quadro 15 – Número de procedimentos sem publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários

Países das entidades adjudicatárias	Bens e serviços		Obras Públicas		Total	
	N.º de contratos	%	N.º de contratos	%	N.º de contratos	%
Portugal	107.511	98,6%	12.732	99,7%	120.243	98,7%
Outros países da União Europeia	1.361	1,2%	30	0,2%	1.391	1,1%
Países fora da União Europeia	170	0,2%	3	0,024%	173	0,1%
TOTAL	109.042	100%	12.765	100%	121.807	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

A importância relativa das empresas nacionais é, pois, mais expressivo no caso dos procedimentos que não foram sujeitos a publicação no JOUE (98,7%) do que no caso dos procedimentos que tiveram publicidade naquele jornal (97,1%).

Em termos de valores contratuais, a predominância das empresas nacionais face às empresas de outras nacionalidades mantém-se expressiva (97,4%), mais notada nas obras públicas (99,4%) do que nos bens e serviços (95,2%).

Quadro 16 – Montantes contratuais dos procedimentos sem publicidade no JOUE, por nacionalidade dos adjudicatários

Países das entidades adjudicatárias	Bens e serviços		Obras Públicas		Total	
	Total do preço contratual	%	Total do preço contratual	%	Total do preço contratual	%
Portugal	1.528.210.888 €	95,2%	1.705.023.869 €	99,4%	3.233.234.757 €	97,4%
Outros países da União Europeia	68.750.464 €	4,3%	10.785.401 €	0,6%	79.535.865 €	2,4%
Países fora da União Europeia	7.666.575 €	0,5%	50.362 €	0,003%	7.716.936 €	0,2%
TOTAL	1.604.627.927 €	100%	1.715.859.632 €	100%	3.320.487.559 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Face ao peso dos co-contratantes nacionais de contratos precedidos de publicidade no JOUE (93%), o peso dos adjudicatários nacionais nos procedimentos sem publicidade ao nível comunitário é também maior, seguindo a tendência do número de contratos.

3.3. Ajustes diretos

Durante o ano de 2011 foram comunicados ao portal BASE 117.769 contratos decorrentes de procedimentos por ajuste direto, dos quais 90,5% reportam-se à aquisição de bens e serviços e os restantes 9,5% a obras públicas. A distribuição do somatório dos montantes contratuais resultantes deste tipo de procedimento (2,18 mil milhões de euros) apresenta uma distribuição com uma dispersão mais atenuada: 65,8% (1,4 mil milhões) respeitam a aquisição de bens e serviços e os remanescentes 34,2% (746 milhões de euros) a obras públicas.

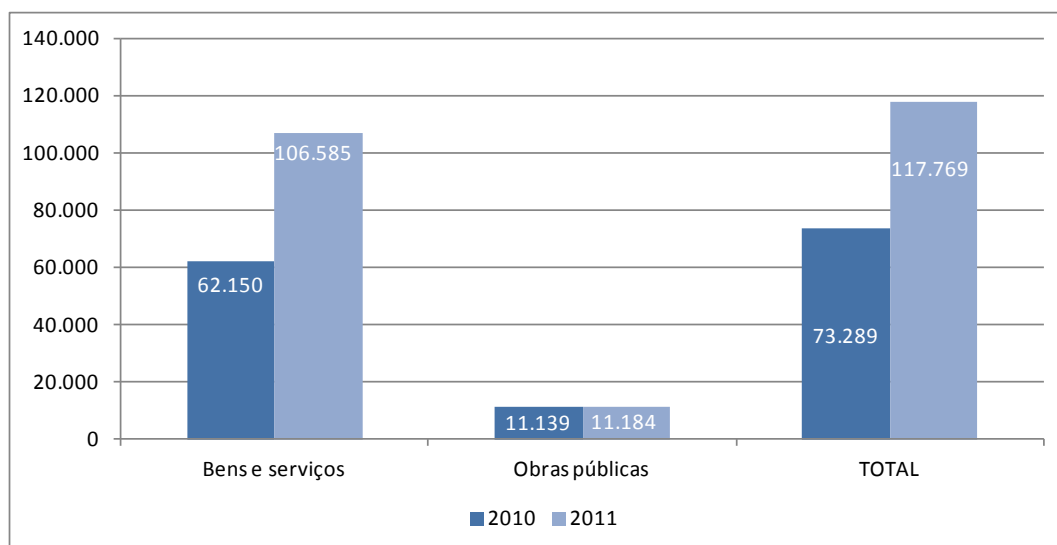
Quadro 17 - Ajustes diretos em 2011

	N.º	%	MONTANTE	%
Bens e serviços	106.585	90,5%	1.436.636.672 €	65,8%
Obras públicas	11.184	9,5%	746.092.838 €	34,2%
TOTAL	117.769	100%	2.182.729.509 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

O apuramento do número de contratos decorrentes de procedimentos por ajuste direto no ano de 2011 representou uma variação de 60,7% face aos registos no portal BASE considerados no apuramento de 2010; esta subida foi motivada essencialmente pela inclusão, no apuramento de 2011, dos ajustes diretos simplificados. Nos contratos de bens e serviços a variação foi portanto de 71,5%; já no caso do número de contrato de obras públicas a subida foi pouco significativa (0,4%).

Gráfico 17 – Número de procedimentos por ajuste direto em 2011-2010

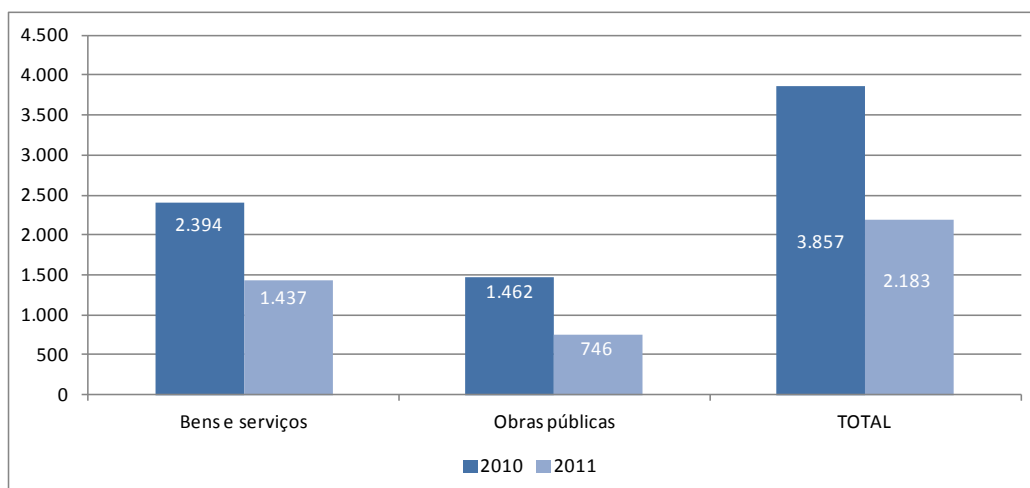


Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A variação destes contratos foi, portanto, contrária à registada no caso dos contratos decorrentes de procedimentos concorrenciais, tanto no caso dos bens e serviços (-24,8% *versus* 71,5%) como nas obras públicas (-18,1% *versus* 0,4%).

Em termos de montantes dos contratos reportados ao portal BASE; o valor de 2011 (2,18 mil milhões de euros) traduz uma diminuição de 1,67 mil milhões de euros (-43%) face ao ano de 2010 (3,85 mil milhões de euros).

Gráfico 18 - Valor dos contratos de ajustes diretos: 2011-2010 (em Milhões de Euros)

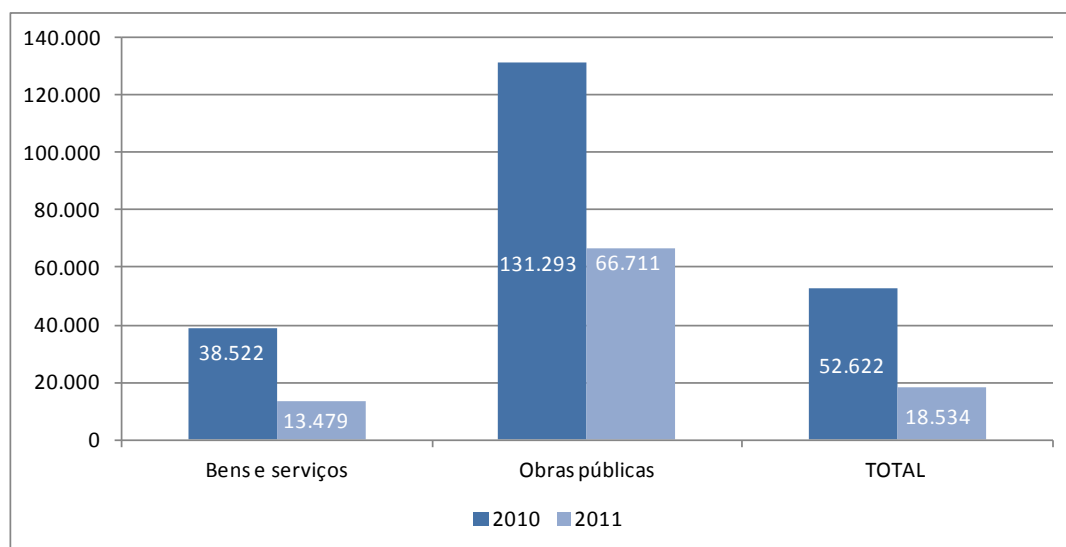


Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

Esta diminuição foi mais sentida nas obras públicas (-49%), muito embora a diminuição na aquisição de bens e serviços também seja relevante (-40%). Também neste domínio a tendência negativa foi menos acentuada nos contratos precedidos por ajuste direto do que por procedimentos concorrenciais, seja nos bens e serviços (-40% *versus* -65%), seja nas obras públicas (-49% *versus* -63%).

Também no valor médio dos contratos se registou uma diminuição: de 2010 para 2011 o valor médio global dos contratos diminuiu -64,8%, passando de 52.622 € (2010) para 18.534 € (2011).

Gráfico 19 - Valor médio dos contratos de ajustes diretos: 2011-2010 (em Euros)



Fontes: "Relatório da contratação pública eletrónica 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A variação do valor apurado foi mais sentida nas aquisições de bens e serviços (em 2011 o valor médio destes contratos foi de 13.479 €, o que representa -65% do que em 2010) embora também tenha sido relevante no caso das obras públicas (que em 2011 se quedou pelos 66.711 €, ou seja, -49,2% do que no ano de 2010).

Dos contratos precedidos de ajuste direto registados no portal BASE relativos ao ano de 2011, 24,5% do montante (534.844.997 €) e 10,6% dos contratos (12.454) foram reportados pelas plataformas eletrónicas.

Quadro 18 – Origem do reporte dos dados relativos aos contratos precedidos de ajuste direto

Origem dos Dados	Contratos		Total preço contratual	
	N.º	%	MONTANTE	%
Plataformas	12.454	10,6%	534.844.997 €	24,5%
Entidades Adjudicantes	105.315	89,4%	1.647.884.512 €	75,5%
TOTAL	117.769	-	2.182.729.509 €	-

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

A percentagem dos montantes contratuais reportados (24,5%) aparenta uma diminuição face ao valor apurado em 2010 (29%). Todavia, há que notar que a metodologia para o apuramento deste valor foi distinta face ao ano anterior: se os valores relativos ao ano de 2010 foram baseados na confrontação de dados fornecidos pelas plataformas, para o ano de 2011 foi utilizado apenas o portal BASE.

Tendo 2011 sido um ano de progressiva interoperacionalidade entre o portal BASE e as diversas plataformas da contratação pública não foi, todavia, possível concretizar a ligação entre o BASE e todas estas plataformas, e, naquelas em que foi possível conseguir, não o foi necessariamente durante todo o ano.

3.3.1 Ajustes diretos por critério material

Do total dos contratos resultantes de procedimentos por ajuste direto, 14.694 (13,2% do número total), correspondente a 781 milhões de euros (36,1% do montante total contratado) respeitam a procedimentos cujo fundamento jurídico para o recurso àquele tipo de procedimento residiu em critérios de natureza material, isto é, em critérios que, independentemente do valor do contrato, justificariam, ou até imporiam, o recurso àquele procedimento.

Quadro 19 - Ajustes diretos comunicados ao portal BASE de acordo com o critério

	Nº. Contratos		Total preço contratual	
	N.º	%	Montante	%
Bens e Serviços	100.475	-	1.423.478.866 €	-
<i>Dos quais, por critério material</i>	14.363	14,3%	574.428.567 €	40,4%
Obras públicas	11.082	-	744.474.147 €	-
<i>Dos quais, por critério material</i>	331	3,0%	207.278.304 €	27,8%
TOTAL	111.557	-	2.167.953.014 €	-
<i>Dos quais, por critério material</i>	14.694	13,2%	781.706.871 €	36,1%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

A incidência de critérios de natureza material é mais acentuada ao nível da aquisição de bens e serviços (14% do número de contratos e 40% dos montantes contratuais) do que nos procedimentos relativos a obras públicas (apenas 3% do número de procedimentos, que importaram em 27,8% do somatório dos preços contratuais).

Destes contratos, os fundamentos mais relevantes em termos de despesa pública implicada reportaram-se a motivos técnicos, artísticos ou com a proteção de direitos exclusivos (35,6%), a motivos de urgência imperiosa (14,6%), a questões ligadas à necessidade de o contrato ser declarado secreto (12,8%), a acordos-quadro e na sequência de anteriores procedimentos sem concorrentes ou com todas as propostas excluídas (10,1%).

Quadro 20 – Motivos de natureza material para fundamentação do ajuste direto

Motivos de natureza material	N.º Contratos		Total preço contratual		
	N.º	%	Montante	%	Valor médio
Por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a proteção de direitos exclusivos	5.873	40,0%	278.594.268 €	35,6%	47.436 €
Por motivos de urgência imperiosa	1.815	12,4%	114.344.468 €	14,6%	63.000 €
Por motivos de secretismo	52	0,4%	100.402.521 €	12,8%	1.930.818 €
Por acordos-quadro	4.030	27,4%	79.162.489 €	10,1%	19.643 €
Decorrente de procedimento sem concorrentes ou com todas as propostas excluídas	489	3,3%	78.858.955 €	10,1%	161.266 €
Repetição de serviços similares	258	1,8%	32.692.247 €	4,2%	126.714 €
Serviços de informática	976	6,6%	30.268.571 €	3,9%	31.013 €
Serviços de natureza intelectual ou financeira	328	2,2%	11.781.778 €	1,5%	35.920 €
Consumo de bens de interesse geral	20	0,1%	5.447.925 €	0,7%	272.396 €
Para fins de investigação, experimentação, estudo ou desenvolvimento	388	2,6%	2.581.405 €	0,3%	6.653 €
Setores especiais	21	0,1%	799.360 €	0,1%	38.065 €
Outros	444	3,0%	46.772.884 €	6,0%	105.344 €
TOTAL	14.694		781.706.871 €		53.199 €

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

O recurso a critérios de natureza material para fundamentar procedimentos por ajuste direto foi mais frequente no caso dos bens e serviços (97,7% do número de procedimentos e 73,5% do montante dos contratos) do que no caso das obras públicas (2,3% do número de procedimentos e 26,5% dos montantes contratuais).

Quadro 21 – Distribuição, por natureza de despesa, dos contratos por ajuste direto decorrentes de motivos de natureza material

	N.º Contratos		Total preço contratual	
	N.º	%	Montante	%
Bens e Serviços	14.363	97,7%	574.428.567 €	73,5%
Obras Públicas	331	2,3%	207.278.304 €	26,5%
TOTAL	14.694		781.706.871 €	

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

3.4. Contratos por tipo de procedimento

3.4.1 Geral

Analisando os contratos públicos celebrados em 2011 em função do tipo de procedimento, constatamos que os procedimentos por ajuste direto foram os mais representativos, quer em função do número de contratos (95,9%), quer em função dos montantes de despesa pública comprometida, tendo neste particular representado quase metade (46,1%).

Quadro 22 - Contratação pública por tipo de procedimento

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º	%	MONTANTE	%
Concurso Público	4.812	3,9%	1.811.091.177 €	38,0%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	170	0,1%	758.123.032 €	15,9%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	117.781	95,9%	2.195.603.481 €	46,1%
TOTAL	122.763	100%	4.764.817.691 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Em termos do número de procedimentos abertos ao mercado (concursos públicos e limitados por prévia qualificação), a estrutura indicada traduz uma redução acentuada do número de procedimentos que originaram contratos.

Quadro 23 – Número de contratos por tipo de procedimento – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	N.º	%	N.º	%
Concurso Público	5.912	7,4%	4.812	3,9%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	492	0,6%	170	0,1%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	73.289	91,9%	117.781	95,9%
Outros	46	0,1%	0	0,0%
TOTAL	79.739	100%	122.763	100%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

No que respeita aos valores contratuais decorrentes daqueles procedimentos a diminuição dos montantes contratuais é sentida de forma ainda mais intensa do que a própria diminuição do número de contratos, situação generalizada a todos os tipos de procedimentos.

Quadro 24 – Montantes contratuais por tipo de procedimento – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Concurso Público	3.711.174.438 €	33,9%	1.811.091.177 €	38,0%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	3.364.305.269 €	30,7%	758.123.032 €	15,9%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	3.856.607.936 €	35,2%	2.195.603.481 €	46,1%
Outros	25.487.740 €	0,2%	0	0,0%
TOTAL	10.957.575.383 €	100%	4.764.817.691 €	100%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

3.4.2 Bens e serviços

Ao nível dos bens e serviços, os contratos precedidos por procedimentos por negociação/ajuste direto representaram a maioria, quer em termos de número (97,1%) como do montante envolvido (69,2%).

Quadro 25 – Distribuição dos contratos de bens e serviços por tipo de procedimento

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º	%	MONTANTE	%
Concurso Público	3.145	2,9%	578.866.653 €	27,7%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	90	0,1%	63.369.626 €	3,0%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	106.596	97,1%	1.444.490.728 €	69,2%
TOTAL	109.831	100%	2.086.727.006 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Face ao ano de 2010, registou-se uma diminuição generalizada no número de contratos, especialmente sentida nos concursos limitados (-69%) e nos concursos públicos (-21%).

Quadro 26 – Número de contratos por tipo de procedimento (bens e serviços) – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	N.º	%	N.º	%
Concurso Público	3.983	5,0%	3.145	2,6%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	292	0,4%	90	0,1%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	62.150	77,9%	106.596	86,8%
Outros	40	0,1%	0	0,0%
TOTAL	66.465	83%	109.831	89%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

A tendência atrás referida mantém-se na análise dos montantes contratuais envolvidos: diminuição muito acentuada nos concursos abertos (-87% e -58% nos contratos decorrentes, respetivamente, de concursos limitados e concursos públicos) e também bastante acentuada no caso dos procedimentos fechados (-40%).

Quadro 27 - Montantes contratuais por tipo de procedimento (bens e serviços) – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Concurso Público	1.371.240.347 €	12,5%	578.866.653 €	12,1%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	480.225.163 €	4,4%	63.369.626 €	1,3%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	2.394.132.110 €	21,8%	1.444.490.728 €	30,3%
Outros	24.492.740 €	0,2%	0	0,0%
TOTAL	4.270.090.360 €	39%	2.086.727.006 €	44%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

3.4.3 Obras públicas

No que respeita às obras públicas, os contratos cujo procedimento de contratação foi o ajuste direto corresponderam a 86,5% do número de contratos e a 28% dos montantes contratuais. Os concursos abertos tiveram uma maior representatividade em termos de montantes contratuais (72%) do que em número de procedimentos (13,5%), sendo particularmente notório no caso dos concursos limitados (a 0,6% do número de contratos, correspondeu 25,9% do valor total dos contratos celebrados em 2011).

Quadro 28 - Distribuição dos contratos de obras públicas por tipo de procedimento

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º	%	MONTANTE	%
Concurso Público	1.667	12,9%	1.232.224.524 €	46,0%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	80	0,6%	694.753.406 €	25,9%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	11.185	86,5%	751.112.754 €	28,0%
TOTAL	12.932	100%	2.678.090.684 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Face a 2010, o número de contratos sofreu uma diminuição (-2,6%), particularmente notada nos contratos resultantes de procedimentos por consulta limitada (-60%), mas igualmente visível no caso dos concursos públicos (-13,6%).

Quadro 29 - Número de contratos por tipo de procedimento (obras públicas) – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	N.º	%	N.º	%
Concurso Público	1.929	2,4%	1.667	1,4%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	200	0,3%	80	0,1%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	11.139	14,0%	11.185	9,1%
Outros	6	0,0%	0	0,0%
TOTAL	13.274	17%	12.932	11%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

À semelhança dos bens e serviços, também no caso das obras públicas a diminuição dos montantes contratuais foi mais sentida (-60%, em geral) do que a diminuição do número de procedimentos (particularmente no caso dos contratos que resultaram de concursos limitados, com -76%). A diminuição dos montantes relativos contratos subsequentes a concursos públicos e aos ajustes diretos foi, neste caso, relativamente similar (-47% e -49%, respetivamente).

Quadro 30 - Montantes contratuais por tipo de procedimento (obras públicas) – 2010/2011

TIPO DE PROCEDIMENTO	2010		2011	
	N.º	%	N.º	%
Concurso Público	2.339.934.091 €	21,4%	1.232.224.524 €	25,9%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	2.884.080.106 €	26,3%	694.753.406 €	14,6%
Proc. Negociação / Ajuste Direto	1.462.475.826 €	13,3%	751.112.754 €	15,8%
Outros	995.000 €	0,0%	0	0,0%
TOTAL	6.687.485.023 €	61%	2.678.090.684 €	56%

Fontes: "Contratação Pública em Portugal - Relatório Síntese 2010" e portal BASE (Nov. 2012)

3.5. Contratos por classificação "Vocabulário Comum para os Contratos Públicos" (CPV)

Numa breve análise por CPV, constatamos que as obras públicas predominam, sobretudo no que respeita à contratação classificada como «Construção», cujos montantes têm uma representatividade bastante significativa (56,3%)., mas também no que respeita a serviços relacionados com obras públicas, de que são exemplo os «Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção».

Com peso significativo⁹ encontramos, ainda, «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (4,2% dos montantes contratuais), «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (3,8%), «Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia» (3,4%), «Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente» (3,3%), «Serviços de reparação e manutenção» (2,8%) e «Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de *software*, Internet e apoio» (2,4%).

⁹ Superior a 2% dos montantes contratuais totais.

Quadro 31 – Distribuição da contratação pública por CPV, por número de contratos

Cód CPV	Descrição CPV	Número de contratos		Preço contratual	
		N.º	%	Montante	%
45	Construção	11.310	9,2%	2.623.191.722 €	55,1%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	8.509	6,9%	198.885.510 €	4,2%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	6.609	5,4%	182.126.863 €	3,8%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	5.648	4,6%	176.585.770 €	3,7%
9	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	1.746	1,4%	164.032.379 €	3,4%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	2.459	2,0%	158.966.639 €	3,3%
50	Serviços de reparação e manutenção	9.479	7,7%	134.035.434 €	2,8%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	3.121	2,5%	114.875.601 €	2,4%
-	Outros	73.882	60,2%	1.012.117.772 €	21,2%
Total		122.763		4.764.817.691 €	

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

3.6. Acordos-quadro

Dos processos reportados ao portal BASE constam 1.441 contratos decorrentes de acordos-quadro, que perfizeram o total de 82 milhões de euros. Todavia, dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Compras Públicas, ao abrigo dos acordos-quadro promovidos por aquela empresa, em 2011 foram celebrados 1.279 contratos cujo valor contratual ascendeu a 181,5 milhões de euros, isto é, mais do dobro do montante total dos procedimentos resultantes de acordos-quadro reportados ao BASE¹⁰.

Quadro 32 – Contratação ao abrigo de Acordos-Quadro

Acordos-Quadro	N.º de contratos	Montante Contratual
Reportados ao BASE	1.441	82.023.491 €
ANCP	1.279	181.466.428 €

Fonte: portal BASE (Nov. 2012) / ANCP

¹⁰ Da comparação dos dados constantes do BASE e os fornecidos pela ANCP apenas foi possível estabelecer a correspondência de 40 procedimentos, num valor contratual de 8.968.834,23 €

3.7. Entidades adjudicantes

3.7.1 Entidades adjudicantes com reporte de contratos ao portal BASE

No ano de 2011 estavam registadas nas plataformas eletrónicas da contratação pública 3.609 entidades adjudicantes.

Quadro 33 – Entidades adjudicantes que reportaram contratos em 2011

N.º de plataformas	N.º
N.º entidades adjudicantes com plataforma	3.609
N.º entidades adjudicantes com reportes	3.027
Taxa de Entidades com reporte	84%

Fonte: plataformas eletrónicas e portal BASE

O número de entidades adjudicantes que procedeu ao reporte de procedimentos de contratação, diretamente ou por intermédio de plataformas, foi de 3.027, ou seja, 84% das entidades adjudicantes registadas nas plataformas eletrónicas de contratação pública.

No que respeita ao número de contratos por entidade adjudicante, em média, cada entidade adjudicante reportou 40 contratos celebrados durante o ano de 2011. Todavia, a maioria dessas entidades não reportou mais do que 4 contratos. De notar, ainda, que, 28,1% (858) apenas reportaram a celebração de 1 contrato durante todo o ano.

Quadro 34 – Frequência de entidades adjudicantes por nº. de contratos celebrados em 2011

Nº de contratos por entidade adjudicante	N.º de entidades adjudicantes	
	N.º	%
Até 5	1.706	55,9%
<i>Dos quais:</i>		
1	858	28,1%
2	409	13,4%
3	187	6,1%
4	149	4,9%
5	103	3,4%
6--10	306	10,0%
11--20	253	8,3%
21--50	291	9,5%
Mais de 50	395	12,9%
Subtotal	2.951	96,7%
Agrupamentos	100	3,3%
Total	3.051	100,0%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Ainda assim 12,9% das entidades adjudicantes reportou, em 2011, a celebração de um número de contratos superior a 50.

O número reduzido de contratos por entidade adjudicante (40) e, sobretudo, o considerável peso relativo de entidades adjudicantes que terão celebrado apenas um contrato durante todo o ano de 2011 também poderá indiciar um reporte abaixo do valor real.

3.7.2 Entidades adjudicantes por plataformas eletrónicas da contratação pública

No que respeita à utilização das plataformas eletrónicas, das 3.609 entidades adjudicantes a que nos referimos, a grande maioria (84,5%) apenas dispunha do serviço associado a uma plataforma. Das demais entidades adjudicantes, 15,2% (548) possuíam o serviço de duas plataformas e 13 dispunham do serviço de 3 plataformas, em simultâneo.

Quadro 35 – Número de plataformas por entidade adjudicante

N.º de plataformas	Entidades Adjudicantes	
	N.º	%
1	3.048	84,5%
2	548	15,2%
3	13	0,4%
Total Geral	3.609	100%

Fonte: plataformas eletrónicas

3.7.3 Utilização das plataformas eletrónicas da contratação pública nos procedimentos por ajuste direto

Conforme é possível observar no Quadro 18, os dados comunicados ao portal BASE ilustram que do total de procedimentos de ajustes diretos 10,6% terão sido realizados com utilização das plataformas eletrónicas (correspondendo a 24,5% em valor).

3.8. Entidades adjudicatárias

De acordo com os dados disponibilizados pelas plataformas eletrónicas, em 2011, estavam registados nas plataformas eletrónicas 48.136 operadores económicos, dos quais 65,7% tinham registo em, pelo menos, duas das plataformas.

Do total de operadores económicos inscritos, 20.843 empresas (ou seja, 43,3%) celebraram contratos com entidades públicas sujeitas ao Código dos Contratos Públicos.

Quadro 36 – Frequência de entidades adjudicatárias e preço contratual total, por número de contratos celebrados em 2011

N.º de contratos	N.º de adjudicatários	%	N.º de contratos	%	Total do preço contratual	%
1 -- 5	25.485	85,7%	41.944	34,2%	2.098.721.628 €	44,0%
1	16.472	55,4%	16.472	13,4%	1.098.272.316 €	23,0%
2	4.639	15,6%	9.278	7,6%	521.133.004 €	10,9%
3	2.168	7,3%	6.504	5,3%	203.076.761 €	4,3%
4	1.340	4,5%	5.360	4,4%	169.989.701 €	3,6%
5	866	2,9%	4.330	3,5%	106.249.846 €	2,2%
6 -- 29	3.676	12,4%	42.338	34,5%	1.843.801.888 €	38,7%
30 -- 52	314	1,1%	12.131	9,9%	341.693.657 €	7,2%
53 -- 75	121	0,4%	7.614	6,2%	163.548.284 €	3,4%
76 -- 98	58	0,2%	4.922	4,0%	48.393.737 €	1,0%
≥ 99	85	0,3%	13.814	11,3%	268.658.496 €	5,6%
TOTAL	29.739	100%	122.763	100%	4.764.817.691 €	100%

Fonte: portal BASE (Nov. 2012)

Destas, mais de 61% (16.472) celebraram um único contrato, a que correspondeu 23% do montante contratual. Por seu lado, 85,7% das entidades adjudicatárias celebraram até 5 contratos (inclusive), ao que correspondeu 44% do valor contratual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.^a - Os valores dos novos contratos públicos reportados ao portal BASE (4,76 mil milhões de euros) denotam em 2011 uma retração acentuada face ao ano anterior, designadamente a perda de expressão da contratação pública reportada quer face ao produto interno bruto (perda de 3,56 pontos percentuais, passando de um peso de 6,3% em 2010 para 2,8% em 2011), quer das obras públicas relativamente à formação bruta de capital fixo da construção (perda de 19,3 pontos percentuais, passando a representar em 2011 somente 16% deste indicador macroeconómico).

2.^a - Face a 2010, a contratação pública reportada ao portal BASE representa uma diminuição do montante dos contratos celebrados (-56,5% face a 2010) e dos valores médios dos contratos (no geral, o valor médio dos contratos celebrados em 2011 foi inferior em 71,8% relativamente ao dos contratos celebrados em 2010 e, aliás, o valor médio dos contratos celebrados em 2011 e iniciados no mesmo ano foi, em média, inferior em 96% face aos contratos celebrados no ano de 2011 mas cujo ano de início do procedimento foi anterior).

3.^a - A diminuição foi sentida quer ao nível dos bens e serviços (-51,1% em termos de montantes contratuais) como das obras públicas (-60%), tendo ainda sido sentida em todos os tipos de procedimento, sejam abertos à concorrência - concursos públicos (-51,2% em termos de montantes contratuais) e concursos limitados (-77,5%) – como nos procedimentos por ajuste direto (-43,1%).

4.^a - A retração verificada em 2011 traduziu-se igualmente na diminuição dos valores médios dos contratos, variando -70,4% e -58,9%, respetivamente nos bens e serviços e nas obras públicas. A contração é, ainda, mais notada quando se analisam os preços médios dos contratos cujos procedimentos se iniciaram em ano anterior a 2011 e no próprio ano, havendo uma diferença de -91,4% e -90,6% respetivamente nos bens e serviços e nas obras públicas.

5.^a – Tal representa que os números apurados relativamente a 2011 confirmam o sucesso que a contratação pública através de meios eletrónicos tem tido no nosso país, como é atestado pelos valores apurados relativamente aos seguintes indicadores:

- O **Índice da Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICPEP)** apresentou um valor de 62%, o que significa que quase 2/3 da contratação pública reportada ao portal BASE decorreu através das plataformas eletrónicas certificadas para a contratação pública.
- O **Índice de Manchester (Acima dos Limiares Comunitários)** apresentou um valor de 92%, ainda superior ao de 2010, o que denota o sucesso da contratação pública portuguesa no cumprimento do objetivo traçado pela “Declaração de Manchester”.